

José Luiz S. Miranda

O autoritarismo não é militar: é brasileiro!

As transformações políticas da Nova República restauraram o liberalismo na disputa do poder, mas mantiveram intacto o autoritarismo no exercício do poder.

Essas considerações são despertadas pela observação do comportamento do Governo na administração econômica, num processo que culminou com o confisco (ou desapropriação) do boi gordo nos pastos de São Paulo e do Brasil Central.

As razões da escassez da carne são múltiplas. Dentre elas, a falta de abate não é certamente a causa preponderante. O fato de o Governo ter resolvido enfrentar o problema pelo confisco do rebanho para abate e distribuição ao consumo é muito significativo. O remédio foi político. A conclusão é que o problema era político.

De fato, do ponto de vista estritamente econômico, a situação é facilmente compreensível. Os problemas da pecuária brasileira são crônicos e antigos. Ademais, são problemas de toda nossa agricultura e se resumem em duas palavras: baixa produtividade. É sabido que o rebanho bovino brasileiro é um dos maiores do mundo. Entretanto, é também um daqueles que apresentam uma das mais baixas taxas de desfrute (isto é, a parcela do rebanho total que atinge condições de abate a cada ano). Enquanto na Argentina um boi está em condições de abate aos dois anos, dois anos e meio, no Brasil são precisos de três e meio a quatro anos para que o gado atinja a plena maturidade para o abate. Por outro lado, todo ano, no período da entressafra, quando o gado perde peso, cai a produção de carne (e de leite). Por isso mesmo, sempre fez parte do programa de governo a estocagem de carne para a entressafra, com o Banco do Brasil chamado a financiar os frigoríficos e/ou a Cobal. Pois isto, que em condições normais seria uma providência rotineira, por alguma razão não ocorreu.

Acontece que este não era um ano normal. Era o ano do cruzado. A situação complicou-se.

A despeito do que protestaram os opositores do Plano Cruzado, este resultou em significativo acréscimo de renda real para as classes trabalhadoras e demais segmentos de nível mais baixo de renda. O aumento de 8% em média sobre os salários (15% no caso do salário mínimo) conjugado com o congelamento de preços, a reativação da economia e intensa absorção de mão-de-obra, e novos aumentos salariais em termos reais, provocou, nestes últimos meses, um acréscimo da massa salarial da ordem de 25% a 30%. Como sabe todo iniciante de Economia, quanto mais baixo o nível de renda, maior a propensão marginal a consumir do indivíduo. Seria, assim, inevitável a explosão do consumo, principalmente daqueles produtos e serviços que foram apanhados pelo congelamento de preço num nível baixo de preços relativos. Ou, então, como no caso da carne, produto típico da dieta popular no país e que se encontrava ausente há muito tempo das mesas mais modestas.

Por tudo isto, a única solução possível para atender à demanda acrescida da carne seria a importação maciça. O que se verificou, entretanto, é que não só não foi tão fácil comprar a carne nos mercados internacionais como, o que é muito mais importante, os nossos portos e o sistema oficial de distribuição estão totalmente desaparelhados para manusear a importação de carne congelada em grandes quantidades a um curto espaço de tempo. Partindo do pressuposto de que o Governo vai agir eficientemente no sentido de preservar o maior poder aquisitivo conquistado pelas camadas mais desfavorecidas da população, a escassez de carne vai-se tornar um problema permanente, pelo menos nos próximos cinco anos. Só poderá ser amenizado, em parte, pela regularidade das importações e, de outra parte, pelo aumento de produção de outras cárneis de ciclo vital mais reduzido, como as aves, suínos, ovinos e coelhos; e pelo desenvolvimento da pesca.

Por outro lado, em condições econômicas normais, o congelamento só pode trabalhar contra o desenvolvimento da produção nos prazos médio e longo, e não só da carne bovina, mas também de todas as suas alternativas. Assim, num contexto ideal, seria preciso

deixar que as forças de mercado funcionassem no sentido de elevar o preço da carne, aumentando a taxa de lucro do produtor, que seria então estimulado a aumentar sua produção, equilibrando oferta e procura ao fim de um processo iterativo de preços e quantidades. Num contexto de economia liberal, para que isso acontecesse, seria necessário que o Governo agisse no sentido de não permitir que a elevação do preço da carne se transmitisse para os demais preços (via salários). Isto é, que no conjunto de preços relativos, a carne ganhasse posição em relação aos demais. Seria também preciso que, através de mecanismos tributários adequados, os novos lucros auferidos pelos pecuaristas se convertessem em investimentos para acréscimo de produtividade, propiciando maior produção, preços mais baixos para o consumidor e maiores lucros para o produtor.

O que vimos, entretanto, foi que o Governo optou pelo gesto autoritário da intervenção, na forma do confisco ou desapropriação, que apenas apazigua momentaneamente os ânimos políticos e não resulta em qualquer benefício para o incremento do processo produtivo.

Volando de um extremo ao outro, vamos pousar nas teses contidas num livro do professor Hayek, cuja tradução foi recentemente promovida pelo Instituto Liberal e que acaba de ser publicado com o título de *Desestatização do Dinheiro*. Prêmio Nobel de Economia em 1974, o professor Hayek tem-se notabilizado por suas idéias liberais tanto no plano meramente econômico como no plano político. O título do livro já é revelador de seu conteúdo. A tese é a de que o Estado deveria abdicar do monopólio da emissão do dinheiro, que passaria a ser atividade livre das instituições bancárias. Já nas primeiras páginas, encontra-se a afirmação de que "é inteiramente provável que a hoje inquestionada e universalmente aceita prerrogativa do Governo em relação a produzir dinheiro não seja nem necessária, nem mesmo vantajosa". Dissertando sobre a história da moeda, seu desenvolvimento ao longo dos séculos, sobre as teorias econômicas associadas à moeda, em particular a Teoria Quantitativa, a preocupação dominante do autor é com a questão de como coibir a inflação como condição essencial ao bem-estar social, em face se seu convencimento "de que até mesmo as inflações brandas acabam provocando depressões e desemprego periódicos". E mais, que sendo estes "motivo de queixas justificadas contra o sistema de livre iniciativa, devem ser evitados em prol da preservação da sociedade livre".

É óbvio que a tese do professor Hayek é bastante provocativa e que sua viabilidade prática é nula. Ele mesmo o reconhece quando, na introdução da 2ª edição de sua obra, afirma duas certezas: "A primeira é a minha certeza de que a principal tarefa do economista teórico ou do filósofo político deveria ser a de atuar sobre a opinião pública de modo a tornar politicamente possível aquilo que, hoje, pode ser politicamente impossível; a segunda, consequência da primeira, é justamente a de que o desenvolvimento das minhas propostas não me será tolhido pelo simples fato de que elas, atualmente, são impraticáveis".

Do boi ao dinheiro, é enorme a distância que separa o intervencionismo autoritário do governo brasileiro no domínio econômico e a tese de liberalismo radical do professor Hayek.

Para nossa educação política e a busca do equilíbrio econômico e social, vale, entretanto, reproduzir o objetivo do Instituto Liberal, patrocinador do livro de Hayek, definido em seus estatutos: "Promover a pesquisa, a produção e divulgação de idéias, teorias e conceitos sobre as vantagens de uma sociedade baseada na democracia representativa, no plano político, na economia de mercado no plano econômico e na máxima descentralização do poder no plano administrativo; sobre as vantagens de uma sociedade estruturada de acordo com os princípios da livre iniciativa, da propriedade privada, do lucro e da responsabilidade individual."

Quem nos dera que os nossos futuros constituintes se dispusessem a ler por essa cartilha!